2 Muitas vozes; Um só discurso

The I hides in the other and in others, it wants to be only an other for others, to enter completely into the world of others as an other, and to cast from itself the burden of being the only I (I-for-myself) in the world.

Bakhtin, 1986, p.147

Como dissemos na introdução, as Relações Internacionais aparecem cada vez mais como espaço das discussões sociais e políticas mundiais². Em um mundo onde as fronteiras se tornam um esforço de imaginação, dado o processo de erosão pelo qual as definições do que era o Sistema Internacional até 60 anos atrás têm passado, a discussão sobre identidades e, principalmente, sobre o que são as identidades nacionais cresceu em proporção equivalente a dos conflitos que estouraram sob tal justificativa. Esta discussão trouxe novos elementos para a disciplina e a prática das RI's, os quais até o fim da Guerra Fria não eram ameaças ao cenário político internacional ou desafios à teoria. Todavia, isso não significa que estas questões não existissem, apenas não eram problemas.

O fato de como lidar com identidades que não são representadas pelo Estado e, ainda, questionar como esse último que as abriga, também as exclui, parece-nos ser uma dessas problematizações recentes. O fim da Guerra Fria mostrou a dissolução não só da URSS, mas de alguns Estados sob efeitos de conflitos violentos, nos quais o questionamento da conceituação do que é o Estado como espaço de representação de uma identidade única levando ao esmagamento de minorias sem representação política ficou evidente. Esses conflitos, que em alguns casos se demonstraram sob a forma de ameaça terrorista, são classificados pelo próprio Estado, como se fossem externos à sua formação. Além disso,

² Pode parecer redundante falar de Relações Internacionais e Política Mundial, mas é na diferença aparentemente inexistente entre os termos que reside a crítica de que a Política Internacional a as relações destas se resumem apenas a Estados que homogeneízam as identidades que não se relacionam a estes, encobrendo a realidade que mostra que o mundo é mais do que a realidade do Estado e a política entre Estados, por isso usamos política mundial (Walker, 1991). Dizemos isso exatamente porque procuraremos identificar como as identidades nacionais sufocam

conflitos separatistas ou de reivindicação de territórios para grupos étnicos ou mesmo nacionais, antes representados por Estados fora de princípios multiétnicos, como é o caso respectivamente da Guerra da Bósnia e do movimento armado palestino, com suas ações de protesto violentas questionam e colocam em xeque um dos princípios máximos de classificação e ação do Estado Nacional Moderno: a proteção de seus cidadãos pelo monopólio do uso da força em seu território (Weber, 1994).

Essa falta de representação política é simbolizada mais fortemente pela violência, que se impetra contra as minorias, por meio do exercício do poder político que define e protege o Estado, e decide quais são as exceções: a soberania (Schmitt, 1933, p.6). Por esse poder, as identidades, que não as nacionais, são impedidas de operar porque, sob esta classificação, o Estado justifica sua verticalidade interna como a proteção do ambiente internacional anárquico que não pode garantir a segurança de suas unidades. Sendo assim, as identidades que não correspondem ao Estado ou que questionam seu status não estão representadas, tampouco podem se apresentar sob outra configuração política diferente das dos Estados que as englobam. Se isto ocorre, sofrem a violência prerrogativa do Estado, que poderá intervir frente ao arranjo político que a identidade não representada possa formar e requerer³.

Dessa forma, três pontos podem ser colocados como reiterados na voz das Relações Internacionais e nas práticas de política internacional, especialmente nos últimos 20 anos, os quais são marcados pelo fim da Guerra Fria: a violência, o binômio: identidades nacionais e minorias nacionais e, por fim, o Estado e a representação política que este evoca. Bem, aqui já podemos delinear um dos propósitos desse trabalho que será o status e a formação da identidade nas relações internacionais, pois como aponta Nizar Messari: “to debate national identity means introducing the broader concept of identity to international relations” (Messari, 2000, p.5). Entretanto, para discutirmos isso não pretendemos mergulhar no tema do nacionalismo, sendo essa questão apenas uma das

as outras que as comprometem pela política utilizada para lidar com outros Estados, a política externa, conforme veremos no item 1.1.

³ Observar o desenrolar desta discussão no capítulo 3 dessa dissertação. Sobre a leitura ubíqua da soberania que se verifica tanto em manifestações no internacional e no doméstico, justificando-se em um e no outro pela diferenciação entre os dois ambientes, que é necessária para a preservação de ambos. Ver Ashley, 1988.

discussões de fundo para percebermos a dinâmica da formação da identidade nas RI's.

2.1.

A Exclusividade do Estado em “Ser” sujeito(s) de Política Externa

O instrumento para analisarmos a formação da identidade nas RI's será a política externa. Contudo, a mesma não será apenas um objeto de observação, mas também um veículo por onde a identidade nacional se propaga e também o foco de produção, reprodução e negação de outras identidades (Messari, 1998). Podemos dizer então que a política externa será ontologia - por se tratar da essência, do conceito de formação e constituição do sujeito -, metodologia, por ser a forma que iremos impetrar para fazer nossa análise - e, também, epistemologia - por ser a forma pela qual a identidade estará sendo criada e reproduzida⁴.

Sendo a política externa o conjunto de políticas formuladas pelo Estado para outros Estados a fim de que possam se relacionar de maneira pacífica no ambiente internacional e garantirem sua permanência nesse, deduz-se que a mesma - no próprio processo de origem - é a imagem do Estado frente ao sistema e a forma pela qual se constrói a identidade no interior desse em sua formulação. Trata-se de um processo simultâneo e constitutivo, por onde a política externa reproduz quem é o Estado no sistema ao produzir a subjetividade desse no ambiente internacional ao mesmo tempo em que mostra para o doméstico qual a identidade que prevalece, pois é essa a reconhecida pelos pares, o que fixa a identidade internamente. Esse processo de reconhecimento faz o Estado ser Estado. Donde percebemos que a política externa é prerrogativa do Estado como o mesmo é sua prerrogativa no ambiente internacional.

Desse modo, a política externa poderia ser vista como o resultado da identidade coletiva do Estado, mas também reflexo da dificuldade de formação e do caráter processual que tal identidade assume. Esse caráter nos indica que mesmo uma identidade coletiva como é a do Estado, considerando que há várias

⁴ Por isso podemos constatar que o processo de produção de conhecimento está intimamente ligado à ontologia do observado e a metodologia que utilizamos para observar. Para essa discussão nas RI's ver Ruggie, 1983, Neufeld, 1995. Esse assunto será abordado de maneira incidental mais adiante.

identidades em seu interior, chama a atenção para que a identidade nacional é um processo em construção. Isso sinaliza que nesse tipo de formação pode haver mudanças, mesmo que não afetem a essência de a identidade ser nacional. Como o Estado, por meio da própria política externa, lida com outros Estados, suas mudanças podem afetar o sistema como um todo, mostrando-nos que também passam por processos de modificação. A política externa opera em uma estrutura sistêmica e doméstica que a princípio é fixa, mas que sofre modificações que revelam que os processos são importantes em sua formulação, porque a constituição das identidades varia, provocando novas leituras, novas narrativas.

Embora a identidade nacional seja reflexo de uma formação coletiva, a mesma é mobilizada por mudanças que podem ocorrer no interior do Estado e no sistema, sendo veículo de propagação de interesses nacionais construídos de acordo com o processo em que a coletividade é articulada e interpelada (Weldes, 1996). Isto significa que a identidade é coletiva, mas não é um conceito fechado. A idéia do Estado funcionando como um organismo que evolui de maneira a coordenar suas funções em torno de uma identidade única ao transpassar isto para o funcionamento do próprio sistema internacional que tende a ser um organismo único funcionando sob uma mesma identidade (Wendt, 2003; 2004) não pode ser aproveitada sob essa perspectiva. Acredita-se aqui que são várias as narrativas que perpassam essa relação e que a construção social no sistema internacional muitas vezes não tem um parâmetro externo estável na figura do Estado territorial como um organismo real tal como uma pessoa (Neumann, 2004, p.259).

Por causa do caráter de mudança intrínseco ocorrido na prática, na relação interior e exterior e, para incluir mais um elemento, na inter-relação da realidade desses ambientes, os Estados podem ser vistos como sujeitos que desempenham ações que influenciam a estrutura. Além disso, também são sujeitos por que respondem ativamente aos movimentos da estrutura, o que unido ao fator citado acima pode mudar sua identidade e a construção de seus interesses nacionais, que estarão articulados de acordo com a leitura interna que se faz desse movimento (Onuf, 1989). Uma mudança assim pode favorecer alguma estrutura de identidade que não estivesse prevalecendo nos fatores observáveis da identidade nacional e na política externa, o que indica que a continuidade da última vale tanto quanto uma identidade puder ser a produção da identidade nacional domesticamente e a reprodução dessa no externo. As intenções estão sempre ligadas e respondem a

leituras internas, externas e também históricas, que se concretizam na política externa criadora da imagem do Estado no sistema no qual está inserido, recriando sua realidade interna, e vice-versa.

Isso posto, o primeiro ponto que desenvolveremos nesse trabalho para estruturar o argumento da política externa como reprodução da identidade nacional será conceber a mesma como ação onde o internacional e o doméstico se encontram. Voltando ao início da presente seção, o fim da Guerra Fria foi marcado por novas questões no estudo das RI's. Com a dissolução da URSS, o Sistema Internacional deixou de ser uma estrutura bipolar, e isso aconteceu em grande medida por que novas identidades foram projetadas ao externo a partir de mudanças no interno. Essas mudanças no interno, por sua vez, aconteceram pela ascensão de grupos identitários ao poder estatal que tinham uma idéia diferente do que era o Sistema Internacional e os inimigos externos.

Ao falar sobre a mudança de configuração, fazemos referência ao Estado que escolhemos para analisar a mudança de identidade por meio da política externa, a Rússia, que antes fazia parte da URSS e era a identidade mais forte que permeava a identificação política soviética⁵, processo que em parte era o responsável por unir as Repúblicas. É importante que coloquemos logo quais as vozes que iremos analisar para verificar a política externa como reprodutora da identidade nacional, porque toda a discussão teórica só terá sentido se ocorrer na prática e já veremos por qual motivo.

Nos momentos finais da Guerra Fria, e mesmo ainda durante os anos 70, a identidade soviética sofreu transformações que mostraram a relação dinâmica do externo com o interno e a interpenetração dos dois níveis, que resultou em formulações de política externa refletindo leituras diversas que o *Eu* poderia fazer do seu Outro externo. Este *Eu* era apresentado sob a forma da ação política do Estado, dando-nos a impressão, em um primeiro momento, que a identidade do mesmo é única. Contudo, quando colocamos que há a relação do interno com o externo, queremos dizer que as várias identidades no interior do Estado se relacionam de maneira diferente com o externo e também entre si, resultando em realidades discursivas diferentes e formulações de política externa diferentes. Cada identidade que opera no interior do Estado se contextualiza com a realidade

⁵ Ver capítulo 3.

desse diferentemente, isto é, lê as normas de maneira as incorporar de acordo com as regras próprias da sua realidade.

No entanto, essa leitura não é única e em si já é uma inter-relação, pois os contextos das identidades internas se interpenetram formando um cenário de intertextualização que se apresenta também na relação com o internacional, na medida em que as identidades de um Estado se relacionam com as de outro. Resume-se, dessa maneira, uma das contribuições teóricas que serão desenvolvidas nessa dissertação e que ganhou força a partir do final dos anos 80, o construtivismo orientado pelas regras, que será especialmente importante no entendimento da política externa como ponto de interseção entre internacional e doméstico e como atividade que pode assumir diferentes formas de acordo com os processos que ocorrem no interior do Estado.

Por isso, parte-se do pressuposto que o Estado não é uma instituição monolítica em suas ações, tampouco em suas formações. Isto nos leva mais uma vez a voltar à crítica da teoria social da política internacional⁶ que assume os Estados como organismos que se socializam em uma identidade social disseminada no sistema, na própria interação com outros Estados, que forma uma cultura própria do internacional que é o que sustenta a lógica da anarquia e a identidade dos Estados (Wendt, 1992, p.1999). O conhecimento do Estado, do *Eu*, dá-se no seu reconhecimento nos outros Estados. Isto ocorre de maneira semelhante à classificação do fato social que é entendido e aceito como tal na medida em que é reconhecido pelas normas da sociedade, cujos membros o produziram⁷.

⁶ Ver página 31.

⁷ É nesse sentido que Iver Neumann (Neumann, 2004) argumenta que o desenvolvido por Alexander Wendt quando esse fala em uma fase do espelho em que o Estado forma sua identidade exatamente na relação com outros Estados, faz com que o último seja tido como um organismo funcional que adquire a identidade nessa relação na estrutura, que lhe confere sentido, que é compartilhado e reconhecimento. A relação que os Estados desenvolvem na anarquia é o que a constrói, mas ao mesmo tempo é nessa relação que todos adquirem uma identidade semelhante por funcionarem da mesma forma, daí a idéia de organismo funcional. Em Wendt, esse processo de socialização confere identidade ao Estado, só que socialização nessa teoria funciona como homogeneização. É nesse sentido que Neumann o critica, pois para ele as diferenças existentes dentro do Estado não podem ser unificadas em único fato social, para copiar o termo de Durkheim (ao qual o próprio Neumann se refere ao criticar Wendt), como se o reconhecimento da sociedade internacional justificasse a concepção de identidade única para os Estados, assim como na sociedade doméstica o reconhecimento dos indivíduos institui o fato social. Neumann aponta que mesmo Wendt fale de um estruturacionismo é como se a relação no ambiente internacional para ele fosse anterior à formação da identidade dos Estados, pois somente nesse espaço a identidade pode ser desenvolvida.

Com essa visão, pode-se concluir que os Outros externos ao Estado funcionam da mesma forma que ele por esse movimento de reconhecimento, ou seja, Estados possuem a mesma identidade frente ao Sistema Internacional. Por essa visão, no SI haveria apenas uma forma de se exteriorizar o *Eu*, a única possível para provocar o reconhecimento entre os Estados, para nós, a identidade nacional. Por essa leitura, a política externa se referiria sempre aos mesmos sujeitos, que seriam os Estados de acordo com a forma que estivessem se relacionando no SI. Contrariamente a isso, acredita-se que os Estados tem sim uma identidade, mas que esse *Eu* é heterólogo e, não, uma estrutura fixa com apenas uma narrativa que conta sua estória. Como nos coloca Neumann, “there is an ongoing inter and intrasubjective struggle about which of the many possible stories of the self should at any one time be activated” (Neumann, 2004).

Embora Iver Neumann trate das lutas intersubjetivas e intrasubjetivas para a formação das identidades nacionais e a formulação da política externa desses com base nessa construção, por sua contribuição podemos perceber que há várias narrativas no interior do Estado. Estas estórias, que podem ser ativadas a qualquer momento, são construídas não só baseadas na relação com outros Estados, mas também pela influência de outras narrativas de outras épocas desse mesmo Estado e de grupos que podem ter uma visão completamente distinta do que seja a identidade nacional e a preservação dos interesses nacionais.

Dependendo do grupo que estiver no domínio político do Estado e da relação intra-subjetiva - isto por que a relação se dá dentro de um mesmo sujeito - desse com os outros grupos que também participam da conformação política, as relações intersubjetivas – com outros Estados - podem ser diferentes. Só que as relações para a formação dessas conformações políticas passam pela exclusão de grupos que não fazem parte da identidade nacional e essa relação com a minoria, que é assim chamada simplesmente por não corresponder à representação convencional - o Estado - também faz parte da construção das várias estórias que o compõem, mesmo que seja para mostrar o que esse não é.

A política externa ao ser formulada estaria sendo abastecida das relações apontadas acima, além da interação com o internacional, representada pelas relações com outros Estados, os quais têm sua própria “heterologia”. Tais relações apontam para a interação que a formulação de política externa desencadeia no interior do Estado. Soma-se a isso, o entendimento que esse movimento gera em

outros Estados e no ambiente externo como um todo, o que chamaremos de intertextualização. Entenderemos essa construção, conforme a contribuição de Bakhtin (Bakhtin, 1986), mas, antes de falarmos desse ponto fundamental para a nossa argumentação, falaremos de outra contribuição teórica para a observação prática da ligação entre política externa e identidade.

Conforme explicitado, há outras estórias no interior do Estado que não só a narrativa pela qual o mesmo pode estar sendo lido em um determinado momento. Há também estórias que não correspondem à identidade em operação nesse Estado, ou seja que não se apresenta nas ações políticas, nas práticas desse, pelo menos não aparentemente. Contudo, essas últimas são vistas como parte das relações intra-subjetivas, o que significa que não são outros sujeitos diferentes dos nacionais e não são outras identidades que não as nacionais nas ações políticas. Deste modo, um novo elemento além das estórias e do passado, e da História do Estado, aparece. Este elemento é a negação interior da identidade nacional, que não pode se apresentar como sujeito político, e só se evidencia na política externa de maneira negativa a partir da associação no internacional com o que ameaça à integridade dos Estados, logo a ordem internacional.

Mesmo ao considerarmos a identidade como especificidade de um grupo, - e consideramos o Estado um grupo, embora não unificado em um *Eu* - como uma construção ou representação específica de um momento preciso na história, as identidades negadas enquanto apresentações políticas são deixadas de fora de concepções que levam em consideração o caráter contínuo e interminável da construção das identidades nacionais apontado por Ted Hopf (Hopf, 2002). Esse movimento de negação, próprio da formação da identidade nacional, ao menos no observável na prática e na maioria das teorias, aparece como fundamental para a construção das identidades verificadas no cotidiano político do Estado. Segundo o autor, pode se perceber isso no conteúdo dos jornais ou na leitura e no discurso que os próprios partidos políticos produzem de um determinado grupo minoritário. Essa questão poderia indicar que há várias culturas políticas no interior do Estado e que o fato de uma assumir a autoria das políticas públicas pode fazer com que só um discurso opere. Para o autor, esses movimentos ocorrem por que estão além de relações lineares de associação com o externo e nos mostram que a relação com outros ocorre também internamente, apontando

para a aparição de Outros interiores, como veremos com mais detalhes ao longo desse capítulo e no que o sucede.

Esses grupos podem fazer parte mesmo que negativamente das várias identidades que permeiam a construção do interesse nacional e da identidade nacional que articula o primeiro em momentos específicos e serem evidenciadas no discurso que o Estado projeta para o externo, a política externa. Nesse sentido, a última pode apresentar várias manifestações do sujeito político, mas essas várias manifestações serão sempre entre os Estados facilitando em seu próprio processo de formação a exclusão e a negação interior das identidades as quais estão fora da articulação do interesse e da identidade nacional.

De acordo com Bakhtin, a linguagem é prática e influencia tanto o cotidiano e a maneira que os sujeitos se vêem como a maneira pela qual entendem os outros (Bakhtin, 1986). Este entendimento é refletido nas formas e nos conteúdos daquilo que ele acredita ser a manifestação prática da linguagem, o pronunciamento, que a forma e a define. Pelo pronunciamento, os sujeitos demonstram como entendem aqueles aos quais se dirigem, sendo que o mesmo influencia a formação dos sujeitos e o tipo de discurso que empregam para se comunicarem. Como aponta Ted Hopf, a lógica do cotidiano dos sujeitos é constitutiva no sentido cognitivo, que diz respeito a relações específicas, e no sentido social, que exclui o senso comum de referência a uma sociedade específica e enfatiza o sentido de socialização, de tornar cada sujeito parte das relações como um todo em um movimento que não é linear e progressivo. Tal movimento é relacional e, por ele, ocorre a inter-relação referente a vários contextos, transformando-se em intertexto, o qual acreditamos refletir a formulação da política externa e também a construção da identidade nacional, como mostramos ao longo da seção.

Essa lógica não é invocada para justificar algum cálculo de interesse, pois a lógica da intertextualização torna o interesse possível fazendo com que algumas formas de construção discursiva sejam imagináveis e pensáveis na apreensão da realidade. Esta realidade é parte e parcela tanto do *Eu* como do *Outro* (Hopf, 2002). Só que no caso da política externa, o único *Eu* que aparece é o Estado, embora com *Outros internos* que podem permear a leitura dos *Outros externos*, que são os outros Estados. A resposta ativa que se espera na inter-relação só pode ser dada pelos Estados. A troca é apenas do nacional para o internacional, é a

relação entre os Estados Nacionais Modernos, principalmente na configuração vista no pós Guerra Fria onde a forma geral podia continuar a mesma, embora propagada por outros valores (Neumann & Williams, 2000). Mas, isso é assunto para o outro capítulo, aqui estamos conferindo maior importância à fundamentação teórica para entendermos a política externa como prática e a realidade teórica e metodológica ligada à produção da identidade do Estado.

Continuemos com Hopf e Neumann, que vão nos ajudar a entender a produção da identidade nacional como uma prática múltipla e a política externa como reflexo e instrumento disso. De acordo com esses autores, podemos ter números incontáveis de histórias e estórias sobre qualquer gama de eventos históricos. Cada uma reflete a estrutura de uma história particular permeada pela identidade detectável por meio de ações de política externa sobre as quais se espera discorrer ao longo do trabalho. Os atores do mundo político tendem a sentir e a agir de diferentes formas de acordo com a posição em que estejam e com os vários processos de identificação, que são incidentais em suas ações e que não se fecham nunca. Aqui reside a diferença fundamental com teorias de análise de política externa que concebem a influência do ambiente internacional e do doméstico de forma separada, mesmo ao passarem pela interação e pela contribuição da cognição, que fornece elementos para o entendimento do texto e do contexto, mas não do intertexto. Para entendermos o último, central para a nossa tentativa da reconstrução da formação da identidade dos Estados pela política externa, recorrer-se-á a autores como Richard Ashley e Iver Neumann e a quem esses recorrem, Mikhail Bakhtin.

2.2. Diálogo da política externa, linguagem do internacional

Karl Marx said that only thought uttered in the world becomes a real thought for another person and only in the same way is it a thought for myself. But this other is not only the immediate other (second addressee); the word moves ever forward in search of responsive understanding.

Bakhtin, 1986, p.127

Take a dialogue and remove the voices (the partitioning of voices), remove the intonations (emotional and individualizing ones), carve out abstract concepts and judgements from living words and responses, cram everything into one abstract consciousness – and that's how you get dialectics.

Bakhtin, 1986, p.147

De acordo com o que discutimos até agora, acreditamos que o Estado não funciona com uma só “personalidade”, a identidade do Estado é um conjunto de várias práticas referentes a grupos em seu interior que “competem” a fim de que o discurso de um deles represente a identidade nacional. Essa identidade não é acabada, a não ser por sempre ter como ponto de referência o Estado, de forma que as relações são contínuas e a identidade que vemos como uma unidade é constituída em resposta a narrativas internas, a narrativas que já foram pronunciadas e a narrativas de *Outros internos e externos* que farão parte do reconhecimento do Estado para dentro e para fora. Esse reconhecimento que ocorre entre os Estados será, como vimos, heterólogo e não parte de uma única estrutura fixa, um monólogo.

A partir dessa seção, iremos desenvolver um outro ponto com conseqüências metodológicas e ontológicas para a dissertação. Discutiremos a política externa pela ótica da linguagem, funcionando como um tipo de linguagem por ser um pronunciamento, que é a atividade prática da primeira, que mostra que a mesma é construída de maneira a transcender sistemas fechados de significados (Bakhtin, 1986). Em um primeiro momento, explicaremos os conceitos externos à Teoria das Relações Internacionais, embora não inéditos nessa⁸, os quais serão fundamentais para que o argumento da política externa como prática dialógica excludente seja construído.

A análise que faremos do status ontológico, epistemológico e metodológico da política externa com base em autores das RI's que lidam com as relações do Eu e do Outro na formação da identidade nacional está em grande parte calcada em como Mikhail Bakhtin⁹ lida com a linguagem e na relação que estabelece entre essa e as práticas sociais e o cotidiano de forma geral. Com isso, partiremos para explicar os conceitos desse autor e a posterior reflexão dessa

⁸ Como colocado, o conceito já é trabalhado em Richard Ashley (Ashley, 1987; 1988; Neumann, 1995; 1996; 2002).

⁹ Esse autor foi base para o surgimento de várias perspectivas nas Ciências Sociais, sendo que uma das mais importantes é a desenvolvida por Tzvetan Todorov na obra “A Descoberta da América”, na qual se fala da relação do Eu europeu com o Outro índio do novo continente e como a classificação e o entendimento desse estavam ligados com a própria idéia que se tinha de si, a qual por sinal, era reflexo da estrutura de narrativas que contavam a história e as estórias do Eu (Todorov, 1983)

contribuição para a concepção de que a política externa é um diálogo formado tal qual a linguagem pensada por ele.

Um ponto de esclarecimento importante para começarmos a falar disso é que a própria construção teórica de Bakhtin é permeada pelo o que ele defende ser a essência da linguagem: sua característica de processo em constituição de acordo com as práticas sociais. Bakhtin ao construir sua teoria responde a outras concepções de formação da linguagem, basicamente àquelas que baniam a influência na mesma de outros sistemas, que não os seus próprios, assim como a influência da mobilidade prática das relações sociais, como o é a lingüística de Saussure. Por isso mesmo, acreditamos que esse autor pode nos ajudar a entender melhor os porquês e os como da política externa e das RI's, na medida em que a prática teórica e a prática das relações sociais podem apontar para as identidades, os discursos, a linguagem presente na realidade internacional e nacional.

Uma das contribuições interdisciplinares que as Ciências Sociais receberam a partir de meados da década de 60¹⁰ foi a da linguagem na metodologia e na epistemologia de seus estudos científicos, e acreditamos que possamos dizer isso até para a própria ontologia, para a constituição do objeto de

¹⁰ Trata-se aqui do movimento da Virada Lingüística, onde a linguagem passou a ser central para o estudo da teoria social como um todo e também deixou de ser entendida apenas como um sistema que podia ser refletido dentro de regras próprias ao sentido da estrutura empregada, tal como se podia perceber na gramática. A Virada Lingüística vem a criticar a análise da linguagem fora de um funcionamento estrutural no sentido de esta pertencer a um sistema fechado onde suas unidades só teriam sentido dentro deste, sendo o sinal a unidade central da linguagem que se diferencia do discurso que é um movimento externo à linguagem (Saussure, 1995). No entanto, na Virada Lingüística, mostra-se que a linguagem não designa apenas sistemas específicos e os confere lógica em seu funcionamento específico, mas que também estrutura a própria realidade que é complexa e responde a outros contextos que não só o seu próprio, além de chamar a atenção para que a linguagem forma o discurso assim como este último a primeira, isto é, a linguagem não só é reflexo da realidade como também é responsável por formá-la em um movimento que não necessariamente é sincronizado e pode se referir não só a unidade atual da linguagem que usamos, mas a outras de outras épocas. Isto quebra a lógica da causa e efeito, próprias da modernidade, e vem mostrar problemas que podem haver na representação direta do significado para o significante, na cognição direta e no uso da linguagem como estrutura que organiza a fala de forma linear e externamente à prática social de forma que essa não interfere no que é a linguagem (Barthes, 1987; Bakhtin, 1986). Na Virada Lingüística surge então questionamento da linguagem pensada apenas para fins de comunicação como se fosse uma estrutura que já estivesse lá. Pelo contrário, o emissor cria seu discurso com base na leitura que do seu interlocutor de maneira a atingir este e este responde de acordo com sua subjetividade. Logo, a linguagem é reflexo de uma realidade responsorial que está em contato sempre com outros sistemas e que adquire sentido neste contato, podendo fazer com que os próprios contextos se modifiquem na inter-relação que lhe é intrínseca, assim como mudar seu sentido frente a inter-relação destes contextos, o que conforma a intertextualização. Nas Relações Internacionais, Iver Neumann, chama a atenção que é no estudo da prática, que é a linguagem real, que podemos perceber quais as linguagens e narrativas permeadas por essa que operam na realidade, quais as construções subjetivas que participam do discurso (Neumann, 2002).

estudo em si. Grande parte dos debates acadêmicos surgidos nessa época chamou a atenção para a importância da linguagem na análise do objeto e também no objeto em si, pois a mesma sinalizava para padrões, formas de pensamento e organização, além do poder. A linguagem refletida no discurso aparece como determinante e condicionante das relações sociais e políticas de forma que para essa contribuição, associada às teorias desconstrucionistas, quem detém a produção da linguagem, detém o poder.

Entretanto, essa visão que nos mostra que por trás das práticas políticas, sociais e culturais há uma estrutura de poder relacionada à linguagem proferida por um grupo dominante que produz o conhecimento acabou se restringindo aos textos, às análises teóricas e disciplinares, à chamada meta-teoria. A preferência por atribuir apenas aos discursos que formavam as práticas e não as práticas em si o entendimento das relações sociais deixou de lado a possibilidade das últimas funcionarem como o próprio lócus de surgimento das formações discursivas e da possibilidade de essas serem praticadas em uma perspectiva diferente da de dominação. Ao observar a identidade como uma prática discursiva por essa maneira de atribuir importância à linguagem, estaríamos apenas observando como a disciplina que nos fornece o entendimento dessa linguagem, a própria teoria e os textos dessa última condicionariam a formação da primeira. Ou seja, a linguagem nos serviria para analisar apenas a que interesse essa teoria está ligada e, não, para discorrer sobre situações práticas, tais como o processo decisório de um determinado governo para uma situação específica.

As práticas, as quais em seu desenvolvimento e inter-relação, teriam contribuído para a formação de uma suposta dominação disciplinar e para o condicionamento das ações não são levadas em conta ao olharmos apenas para os textos, pois a resposta para o que é identidade já estaria fechada pelo entendimento de que essa é formada por um discurso dominante e não por uma idéia de que poderia estar em formação de acordo com as práticas ocorridas, com a contigência das várias narrativas que a permeiam. Na verdade, as teorias desconstrucionistas também vêem a identidade como um movimento em formação, mas ao constatar a estrutura de poder que bloqueia esse entendimento, reduz a prática à reiteração da mesma. Para os objetivos dessa dissertação, se o resultado do movimento de formação da identidade é a dominação, esta é uma outra questão, porém isso ocorre simultaneamente a outras formações que

resultam nessa condição. Portanto, acredita-se ser observando o movimento de formação de uma determinada identidade na prática que se pode entender o porquê de um determinado discurso permanecer e, para os propósitos dessa dissertação, como os dominados atuam na formação desses dominadores.

É contrariamente à idéia da utilidade da linguagem apenas para desconstruirmos as teorias dominantes que nos propomos a usar Mikhail Bakhtin e sua idéia de que a linguagem alimenta a prática daqueles que a utilizam. Isto é, a linguagem abastece as relações sociais, tanto como é abastecida por tais. Sob esta ótica, as práticas humanas não são um objeto, tampouco um conjunto de vários sujeitos operando, essas são a própria partida do sentido que se dá às relações sociais e ao o quê se entende como relações sociais e políticas, e cabe colocar desde já que entendemos a política como relação social. Nesse trabalho, as relações políticas são consideradas assim na medida em que envolvem homens que têm um certo lugar e pertencem a sociedades específicas e, mais do que tudo, que se inter-relacionam em vários contextos sociais e culturais cambiantes.

Contudo, não são suficientes apenas os contextos daqueles que desempenham a ação política, na medida em que essas se dirigem a outros. A política como uma prática social surge não só no contexto social de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, mas na inter-relação e sobreposição entre os vários contextos: a *intertextualização*. Com isso, podemos tecer o argumento de que a linguagem é viva e está em transformação, além de estar diretamente e ativamente envolvida nas práticas. Por analogia, considerando a política externa peça fundamental e meio pelo qual os Estados se relacionam entre si, logo sendo linguagem e prática pela qual os sujeitos se constituem na visão de Bakhtin, podemos dizer que a análise da mesma pode nos mostrar a que *Outros* os Estados se referem. Poderíamos fazer isso mediante o movimento de intertextualização do próprio contexto com os contextos aos quais se lança o discurso de política externa.

Quando Bakhtin chama a atenção para a colocação de Karl Marx explicitada na epígrafe dessa seção de que somente os pensamentos pronunciados no mundo, e por este mundo entendemos a realidade, tornam-se reais para outras pessoas e que é este processo que faz com que tais pensamentos sejam reais para nós mesmos, entendemos que a relação com esse outro sujeito é de primordial importância para sabermos quem somos e para que nossos pensamentos e nós

mesmos nos tornemos reais em nosso entendimento. Essa colocação mostra a base do desenvolvimento da linguagem em Bakhtin que é o fato de que o discurso que proferimos é sempre para um outro e que esse movimento torna real e possível a própria identidade do sujeito.

O fator relacional é importante para o entendimento da linguagem como um conjunto de pronunciamentos que não a resumem a um conceito, mas que a associam diretamente a práticas sociais que tornam reais os conceitos que estimulam a produção da mesma. Mas, que não são de forma alguma o todo a que a linguagem se refere, até porque nem todos os receptores e emissores estão visíveis no pronunciamento de um discurso. De modo que a linguagem não é um sistema fechado de símbolos, nem um conjunto de práticas específicas. A linguagem é prática social observada em pronunciamentos que têm em si discursos de diferentes emissores e que respondem a outros pronunciamentos com outros discursos e outros emissores. Essa é a heterologia do Estado apontada por Iver Neumann (Neumann, 2004).

Conforme Bakhtin, um pronunciamento, um conjunto de discursos, só tem sentido enquanto imerso em uma estrutura semântica que se refere não só ao conteúdo simbólico do emissor, mas também ao do receptor a que se está dirigindo. Ou seja, quando há intertextualização. Soma-se a isso, o fato de haver uma *finalidade* em todo o pronunciamento, quer dizer, pretende-se chegar a algum objetivo com o que está se pronunciando, que pode ser a preservação ou a mudança da realidade discursiva. É esse dirigismo que apontamos como pertinente na analogia com a política externa, tendo em vista que é feita para outros Estados. Sob esse raciocínio, a alteridade, o *Outro* figurado no outro contexto, entra no movimento como alicerce da estrutura do *diálogo*, condição de todo pronunciamento.

As características do pronunciamento nos levarão, então, para a formação de uma prática dialógica (Bakhtin, 1986), que pretendemos associar ao nosso objeto de estudo, a política externa. Pela primeira parte da conceituação da linguagem de Bakhtin podemos associar o caráter responsorial da linguagem e sua dimensão prática e relacional - os pronunciamentos e os discursos - à essência da política externa, pois a mesma é possível porque há Estados que se relacionam. Esses Estados têm um histórico nas ações de política externa que faz com que um determinado pronunciamento se refira não só à sua história, como também à dos

receptores a que se dirige. Destaca-se que os receptores também são emissores, o que aponta para um processo de continuidade, de constante construção, que pode revelar a constituição ou constituições dos Estados envolvidos e de suas identidades.

Por essa analogia, se o pronunciamento é a dimensão prática da linguagem pela constituição das relações sociais dos sujeitos que o proferem e a política externa é a maneira pela qual os Estados proferem seus pronunciamentos de forma a terem um relacionamento prático, no sentido de ação, então podemos dizer que essa é linguagem entre Estados. A Política Externa seria, sob esta relação com a teoria de Bakhtin, linguagem do sistema internacional, no sentido de ser a prática social e política entre seus membros mais permanentes e presentes: os Estados.

Como foi dito, um pronunciamento é um processo em constante modificação e aberto a isso, mas que se constitui como uma ação formulada para um *Outro*¹¹, o que implica em um caráter de finalização. A finalização é o que marca quem são os sujeitos do pronunciamento –discurso-, pois se referir a um *Outro* exige que se saiba onde está a diferença com esse, onde estão as fronteiras semânticas que fazem com que se perceba o *Outro* e que neste reconhecimento se verifique qual é a identidade de cada um envolvido no pronunciamento como um todo, qual seja, o discurso emitido e a resposta conferida.

As fronteiras de todo pronunciamento concreto, enquanto unidades de comunicação, são determinadas pela mudança dos sujeitos que o proferem. Observam-se as fronteiras da troca dos sujeitos que proferem o discurso exatamente na *finalização* e na *finalidade* do pronunciamento, porque o movimento de formular o discurso com base no *Outro* com o objetivo de resposta deixa aberto o caminho para a mudança do contexto dos sujeitos envolvidos. A fronteira semântica se estende ao *Outro* para que o discurso seja formado de acordo com o entendimento que se tem desse, constituindo o *diálogo*. Dessa forma, a semântica aqui não é um significado isolado, essa é contextualizada na prática do emissor, e se a intertextualização revela fronteiras semânticas é por que há diferentes professores no pronunciamento.

¹¹ Usamos *Outro* com letra maiúscula porque estamos falando de um sujeito ativo, de uma identidade que tem função e atividade no discurso a que nos referimos, embora muitas vezes essa atividade venha na forma de voz passiva, tal qual veremos mais adiante.

Como há diferentes sujeitos de discurso, evidenciados na *finalidade* e na *finalização* do mesmo, Bakhtin nos coloca que os pronunciamentos são compostos e se constituem em um *todo* (*wholeness*), que abrange discursos atuais, passados, do *Eu*, do *Outro*, além de suas relações e inter-relações. Em um pronunciamento como um todo há então discursos, os quais além de textos que se referem a uma estrutura social específica são intertexto, refletindo a complexidade das relações sociais que representam e que alimentam. Dentro desse todo, há pronunciamentos secundários dentro de primários, os quais mostram que há outras realidades além das envolvidas diretamente no discurso, entendidas por um processo de cognição.

Não obstante possamos desprezar análises feitas apenas no nível primário, na relação direta do sujeito cognato com o cognoscente, pois essa foi base não só para a teoria que trazemos de fora para a proposta teórica desta dissertação, mas também para os próprios estudos de política externa¹², temos que dizer que análises nesse nível se limitam a observar um gênero do discurso e um significado - direto - que a interpretação da cognição pode gerar. No entanto, entende-se que o sujeito cognoscente responde a outras realidades, que não só a sua inter-relação com o sujeito cognato, que é apreendida pelo primeiro por meio da linguagem utilizada na leitura que se faz do segundo, de acordo com os símbolos culturais e sociais que se tem dentro do próprio mundo cognitivo. A questão é que há outras relações, que não só a linear para com um sujeito cognato, na qual a linguagem responderia a estímulos diretos do último, formando um discurso direcionado somente a ele. Ao resgatar Bakhtin, podemos perceber que a linguagem é sim responsorial, mas não é congelada em uma só forma de discurso, na medida em que corresponde à realidade prática do sujeito que está no todo do pronunciamento. Nas palavras dele:

The expression of utterance can never be fully understood or explained if its thematic content is all that is taken into account. The expression of an utterance always responds to a greater or lesser degree, that is, expresses the speaker's attitude toward the object of his utterance...However monological the utterance may be..., however much it may concentrate in its own object, it cannot but be, in some measure, a response to what has already been said about the given topic, on the given issue, even though this responsiveness may not have assumed a clear-cut external expression...*The utterance is filled with dialogic overtones, and they must be taken into account in order to understand fully the style of the*

¹² Para exemplo do uso do cognitivismo na análise de política externa, ver Jervis, 1976.

utterance...The interrelations between inserted others' speech and the rest of the speech (one's own)...are analogous (but, of course, not identical) to relations among rejoinders in dialogue (Bakhtin, 1986, p.160).

Nesse viés, o todo do pronunciamento não funciona por uma construção gramatical com regras que concebem as relações que se subordinam linearmente, tampouco funcionam como semântica abstrata desvinculada a um contexto, pois os sentidos são sempre relativos a esse e ao intertexto. Esse todo trata das relações correntes possibilitadas pelo discurso e que também possibilitam esse. Como apontado na citação e já reiterado nessa seção, o pronunciamento é a dimensão prática da linguagem e, mesmo tendo um direcionamento, não deve se resumir ao contexto nem do emissor, tampouco do receptor. Apesar de haver um planejamento do discurso inserido no emissor, que quando formula seu pronunciamento espera atingir o entendimento do segundo, o que apontaria para o fato de o mesmo ser focado em seu próprio objeto de discurso, há sempre outras falas, outros contextos, que vão influenciar e responder ao discurso emitido, já que o pronunciamento é conjunto de vários deles.

É exatamente esse caráter dual e mútuo que vai conferir ao pronunciamento um caráter dialógico, pois os sujeitos se alternam na posição de emissor do discurso fazendo com que a fala seja justaposta e que responda a realidades justapostas. Nesse sentido, como apontam Iver Neumann e Richard Ashley, em Bakhtin há passagem de uma leitura dialética do sujeito para uma dialógica, a qual acreditamos estar contida na essência do pronunciamento e na formação da identidade dos sujeitos participantes do mesmo. Nessa leitura, imagina-se que um sujeito responderá constantemente a outro sujeito sob a crença de que este vai entendê-lo e, não, oprimi-lo. Para Bakhtin, um pronunciamento só tem sentido então quando imerso em outros pronunciamentos, os quais, na verdade, vão ser constitutivos da realidade do sujeito emissor. O estilo que pode se impor em um discurso, a leitura direcionada e focada em um objeto, é tão-somente a crença impressa em um código, um contexto específico, pelo qual se acredita ser possível fazer com que o Outro, o interlocutor levado em consideração, entenda-nos. Essa é apenas uma das formas pela qual se apresenta a linguagem, uma das formas pelas quais sujeitos semelhantes poderiam incluir um ao outro sob conteúdos minimamente próximos.

Não refletir sobre a complexidade da linguagem e a ver apenas em um estilo de propagação dos pronunciamentos faz com que o aspecto essencial da presença da resposta fique apagado. O papel ativo do *Outro* no processo de formação da comunicação entre sujeitos por meio do discurso é reduzido, dessa forma, ao mínimo, pois somente ao ter atividade no pronunciamento como um todo é que esse se tornaria parte dos demais sujeitos, já que as fronteiras não são apenas para separar, mas também para marcar a troca.

Por isso mesmo, colocamos que o pronunciamento extrapola as relações lineares da cognição para um ponto de intertextualização que é exatamente a prática dialógica, a qual supera a síntese contida na dialética porque não junta as oposições em conceitos e formas únicas que não se relacionam a não ser para indicar as diferenças. Os tons monológicos ficam presentes exatamente quando essa síntese permanece ignorando a formação polifônica do diálogo e da linguagem. O pronunciamento possui uma dimensão intersubjetiva per se, que é sua ontologia, que não se separa dos estilos que pode absorver para produzir relações, que são sua epistemologia. Em Bakhtin, esses níveis não se separam, pelo contrário, encontram-se no pronunciamento e, mesmo que fossem separados para efeitos de análise, perder-se-ia a idéia de que há uma consciência do **Outro**, do interlocutor, que em si é o discurso e a idéia que se tem desse em sua própria formulação. Como cita Kristeva, a visão dialógica de Bakhtin permite que entendamos a formação das identidades coletivas, comuns nas práticas sociais, como inclusivas de várias subjetividades:

Bakhtin foreshadows what Emile Benvensite has in mind when he speaks about discourse, that is 'language appropriated by the individual as a practice'(...) Bakhtin, however, born of a revolutionary Russia that was preoccupied with social problems, does not see dialogue only as language assumed by a subject; he sees it, rather, as a writing where one reads the other (with no allusion to Freud). Bakhtinian dialogism identifies writing as both subjectivity and communication, or better, as intertextuality. (...)The notion of dialogism, which owed much to Hegel, must not be confused with Hegel's dialectics, based on triad and thus on struggle and projection (a movement of transcendence), which does not transgress the Aristotelian tradition founded on substance and causality. Dialogism replaces these concepts by absorbing them within the concept of relation. It does not strive towards transcendence but rather towards harmony, all the while implying an idea of rupture (of opposition and analogy) as a modality of transformation ...More than binarism, dialogism may well become the basis of our's time's intellectual structure (Kristeva, 1986, p.39, p.58-9) citado em (Neumann, 1996, p.149).

Em Bakhtin, a concepção da linguagem como prática manifesta no pronunciamento implica em que estará sendo observado nesse em que medida o *Outro* é levado em conta, já que o mesmo é fundamental para a composição dos discursos contidos no pronunciamento e para a composição do próprio emissor, o *Eu*. Remetendo-nos novamente a Bakhtin, uma relação pode ser entendida como dialógica à medida que os sujeitos entram em contato por um nível mínimo de concordância semântica, a qual implica, em última instância, em entendimento. Em suas palavras:

The fact is that when the listener perceives and understands the meaning (the language meaning) of speech, he simultaneously takes an active, responsive attitude toward it. (...) And understanding of live speech, a live utterance, is inherently responsive, although the degree of this activity varies extremely. Any understanding is imbued with response and necessarily elicits it in one form or another: the listener becomes the speaker. A passive understanding of the meaning of perceived speech is only an abstract aspect of the actual whole of actively responsive understanding, which is then actualized in a subsequent response that is actually articulated (Bakhtin, 1986. p.68).

Quando Bakhtin afirma isso, pode-se deduzir que o simples fato de estarmos sendo escutados já constitui um diálogo, que a princípio já tem a voz do emissor, do receptor e a voz advinda do próprio diálogo na inter-relação dos dois primeiros movimentos, mas que se produz infinitamente com as várias respostas e os vários pronunciamentos contidos em si. No pronunciamento, não há um fim semântico, ou seja, não há interrupção em relação à produção de significados para os sujeitos envolvidos, os quais vão se formar sempre em relação à intertextualização que se dá em uma contingência específica. Se o planejamento do pronunciamento ocorrer nesse sentido, há *objetificação* proporcionada pela absorção de um só estilo do discurso, o que encerra a polifonia própria dessa construção. Contudo, tanto o fato da colocação esperar uma resposta e de estar desenvolvendo um tema de diálogo concentrado em seu próprio objeto não exclui, mas só reforça o fato de que os dois movimentos, *interação* e *classificação*, podem constituir dois lados de um mesmo movimento.

Por essa dualidade, um pronunciamento pode ser monológico, quando coloca o *Outro* em uma condição de objetificação¹³ sem compreensão,

¹³ Cabe ressaltar que pela própria definição do *Dicionário Aurélio* para tal palavra fica clara a proposta de se usar tal termo, pois se trata do “momento do processo de objetivação (q. v.) em

classificando-o, não havendo a troca de sujeitos própria do diálogo. A segunda voz, que é o sujeito suprimido no discurso, passa a ser a sombra da própria voz, o código, o estilo, que se expressa na produção do *Outro* através das palavras, termos e categorizações impostas pela primeira voz - sujeito que se impõe - deixando invisível a fronteira semântica entre os sujeitos.

A voz do *Outro*, sua identidade, e o próprio discurso que a permeia é tomado como dado e, não, como algo que está sendo criado a partir da resposta esperada na relação dialógica. Esta mesma voz sofre limitações e não tem atividade no discurso. Não há a troca de sujeitos na posição de emissão do discurso, na intertextualização das vozes, que são as manifestações dos sujeitos do diálogo. O *Outro* é ausentado nesses casos, e essa ausência poderá ser notada na formação do sujeito do discurso, o que em si, já é reflexo das exclusões feitas no sistema semântico dado, mostrando que, nem sempre, os dois interlocutores do discurso são ativos. No entanto, por meio da dialogia, é possível notar quem é a alteridade no esquema de exclusão pela classificação feita apenas por um sujeito, que apontar as vozes suprimidas e as fronteiras semânticas fechadas para a manifestação dessas, levando ao monólogo.

Em Bakhtin, um pronunciamento passa mais tons de monólogo do que de diálogo exatamente quando as fronteiras semânticas se fecham levando à exaustão semântica. Esse movimento ocorreria quando o sujeito do discurso se torna o único conteúdo do pronunciamento, isto é, quando esse não é só quem emite o discurso, como também é o tema de que se trata e pelo qual se produz a prática. Embora a existência do diálogo esteja condicionada a um nível de concordância mínima entre os interlocutores, o que quer dizer que alguns termos professados devem ser os mesmos, a exaustão leva ao monólogo porque o todo do pronunciamento vai se referir apenas a um dos sujeitos. Isso eliminaria a troca entre os sujeitos e desqualificaria o diálogo como movimento de inclusão de subjetividades múltiplas, da polifonia.

Retomamos desse ponto, portanto, a associação da política externa à idéia de pronunciamento, logo de diálogo em tese, que refletiria a forma da prática dialógica no SI. Para tanto, entenderemos a mesma como uma linguagem, que se define por sujeitos (identidades) internos ao Estado, que se refere à construção de

que o homem dissocia o produzir, que lhe é próprio, do produto, de tal modo que o pode conhecer,

uma identidade nacional, e também por outros Estados, que se refere à parte do funcionamento do SI. Sendo assim, a classificação de ser Estado para ser sujeito do pronunciamento de política externa está intimamente ligada à interação com o ambiente internacional. Por isso, a política externa funciona tanto como movimento ontológico, porque constitui um sujeito em sua própria forma de operar, em sua essência, como também epistemológico, porque no último movimento produz as identidades nacionais e conhecimento a respeito das mesmas a partir do que o Estado deve ser na relação com seus semelhantes. Neste sentido, a prática e o discurso da política externa estariam ligados ao pronunciamento de uma identidade nacional que representa o Estado como unidade política em relação a outros Estados.

Essa relação com outros Estados se constituiria, supõe-se aqui, como um diálogo que mostra a interpenetração entre ambiente internacional e doméstico em um determinado Estado e a intertextualização dessa com a referente à de outros Estados. Contudo, se o tema da política externa são os Estados, ao mesmo tempo em que esses são os sujeitos do pronunciamento, isso aponta para a exaustão semântica desse diálogo. Se pensarmos a política externa como uma prática dialógica que ocorre em um contexto auto-referencial a seus sujeitos, que é o SI, a exaustão semântica existe, pois a troca de sujeitos não vai existir, na medida em que a conformação dos sujeitos é a mesma vista pelo sistema, incorporando o que não é Estado como subordinação no pronunciamento com um todo, além de que o tema da prática será o próprio Estado, já que a política externa tem como objetivo preservar e recriar a identidade do mesmo.

A incorporação do que não é Estado se dá ao passo que os sujeitos vão sempre se pronunciar, não só de acordo com o objeto de discurso – sobre o que eles estão falando – e seu receptor imediato – para quem estão falando-, mas também pelo molde de uma imagem particular sobre a qual formulam a crença de que serão entendidos. Esta crença é o a priori do discurso, pois um emissor elabora o mesmo não só com um receptor, uma audiência em mente, mas também com a idéia da eficácia da mensagem ao chegar a este receptor (Neumann, 1999; Bakhtin, 1986). A idéia está ligada ao conhecimento do *Outro*, para haver entendimento, mas se o *Outro* é sujeito semelhante ou igual ao *Eu*, trata-se de

tornando-o objeto da sua consciência. [Cf. objetivação e reificação.]”.

propagar dessa forma a própria identidade como temática do pronunciamento, podendo ocorrer a exaustão semântica. A partir disso, a política externa, dentro da metodologia de observação que se pretende aplicar aqui, poderia ser vista como a idéia de eficácia da mensagem chegando ao receptor - o a priori do discurso - junto com a imagem compartilhada do entendimento - a identidade nacional - refletida no sujeito do Estado Nacional.

Entretanto, se pensarmos a constituição do Estado na base das práticas dialógicas e da heterologia, a ocorrência dessa exaustão pode nos mostrar que há sujeitos suprimidos, sintetizados na identidade nacional, a qual precisou dessa exclusão para se formar e para se perpetuar no espaço físico e político do próprio Estado. Vendo por esse ângulo, mesmo nos tons monológicos, o diálogo do exercício da reprodução da identidade nacional poderia ser entendido como mudança na articulação da mesma e, assim, na maneira como se vê os Outros. Esse “olhar” refletido no pronunciamento seria importante para entender a leitura e o discurso que se projeta no ambiente internacional, assim como para entender como o Eu exclui esse Outro por esse diálogo, em nosso caso, pela política externa.

De acordo com Iver Neumann¹⁴, a própria concepção do Eu, referindo-se ao Estado, muda porque o sentido reside na linguagem que, segundo Bakhtin, é construída intertextualmente, sendo impossível preservar um sentido estável para a mesma ao longo do tempo. Diferentemente do código, o qual poderia ser visto como um contexto congelado, a linguagem se transforma pela modificação da identidade dos sujeitos que a proferem e pela diferença de respostas que estes podem ter em um discurso. Como os pronunciamentos estão constantemente se referindo uns aos outros, os códigos podem até aparecer de maneira a referenciar um tempo específico, mas a linguagem será justamente a via de renovação ou de preservação desta temporalidade.

Ao exemplificar o uso do *Outro* nas RI's, que é entendido por meio do *Eu* estatal, Neumann coloca que pela passagem da leitura dialética para a dialógica,

¹⁴ Conforme bem colocado por Xavier Guillaume (Guillaume, 2002), Neumann foi um dos primeiros autores a utilizar a abordagem reflexiva da linguagem de Bakhtin para o entendimento da formação da identidade coletiva dos Estados no sistema internacional. Segundo Neumann, “drawing on the literature on collective identity formation, the discipline may not only arrive at a fuller understanding of the international system of states, but it may also finally give an ontological status to the sundry subjects or “actors” in world politics” (Neumann, 1999, p.1).

busca-se chegar à fase de entendimento dos outros sujeitos de ação e não ficar somente na explicação sobre eles. Isto implicaria na formação de uma consciência sobre este *Outro*. Entretanto, com a exaustão semântica do diálogo entre iguais da política externa, a identidade do Estado se projeta sobre o *Outro* em um sentido auto-referencial, que faz com que esse adquira sentido tão-somente no contexto do primeiro, sendo que o sentido é de objetificação e negação, pois é valorado nos termos do sujeito estatal, que não admite identidades fora de seu âmbito de operação. Esse *Outro* se transforma em *Outro interno* na intertextualização das várias narrativas do Estado, as quais não o representam, reiterando-se o mesmo sentido na interação com o internacional, que é o movimento que exaure a semântica da política externa.

Portanto, o próprio discurso se torna um objeto e adquire voz própria, tornando-se possível o desdobramento do poder da autoridade sobre a classificação deste *Outro* no pronunciamento. Para nós, a política externa. Mais uma vez sob a contribuição de Neumann, epistemologicamente, a produção do *Outro* no discurso se torna conhecimento e um conceito sobre ele (Neumann, 1999, p.22).

A qualidade semântica¹⁵ do discurso de política internacional poderia ser evidenciada por uma sintaxe – construção gramatical – do internacional, ou seja, por uma lógica que rege e determina as classificações e termos desse plano, enunciada pela política externa dos Estados. Isto quer dizer que poderia mostrar os outros vários atores e evitar a reificação de interlocutores da realidade complexa e justaposta, evitando que se tornassem apenas objetos do discurso, hierarquizados em uma escala de valor de sentidos estanques e não contingentes. No entanto, como a prática da política externa se dá em um diálogo entre sujeitos que compartilham o mesmo contexto formal, neste caso a identidade nacional, a qualidade semântica apenas pode permitir que enxerguemos como as identidades excluídas contribuem para a afirmação desse sujeito, mesmo quando silenciadas.

Por tudo isso, acredita-se que a política externa pode ser uma prática dialógica excludente. Ao lembrar da característica da finalização que permite a troca de sujeitos, como partimos da hipótese de que essa última não ocorre na

¹⁵ Semântica aqui tem seu sentido relacionado ao trabalhado na filosofia da linguagem. Diz respeito ao sentido em si dos termos, isto é, ao sentido que têm mesmo que fora de um relacionamento com um outro sujeito, é referencial em si, a só um sujeito.

política externa, é como se não houvesse finalização e o discurso fosse repetido em uma retórica de que há movimento relacional, quando esse na realidade funciona como um contexto isolado ou um contexto mais geral, o qual une todos os contextos na linguagem do internacional, seja essa a do multilateralismo ou a do unilateralismo. A intertextualização, nesse caso, só pode ser observada mediante a análise dos pronunciamentos que formam esse contexto, que embora reflita uma só identidade, é informado por uma gama delas.

Refletir uma só identidade, significa produzir um *Outro* que será prejudicial e negará o *Eu*. Nesse processo, marca-se a interioridade pela delimitação da exterioridade. O que está fora não se junta ao diálogo, pois a interioridade é limitada exatamente pelo movimento de exteriorização, pela negação do *Outro*. A política externa estaria, desta forma, relacionada a essa produção. Só que na mesma, as relações entre o *Eu*, no caso os Estados, e o *Outro* na perspectiva dialógica deveriam ser entendidas na historicidade e no contexto do último. O que se percebeu, conforme o analisado por Neumann em nossa pesquisa, é que as idéias sobre este *Outro* são contingentes de acordo com o *EU*, enraizadas no aspecto contingente de espaço e tempo deste último (Neumann, 1999, p.24). Em contrapartida, a alteridade excluída é constitutiva da prática dialógica na medida que fornece bases de formação para esse *EU*.

Mediante isso, mesmo que funcionando como reprodução e produção da identidade nacional, a política externa como diálogo entre os Estados, que guarda em si uma concordância semântica que torna possível não só entendimento entre esses, mas a reprodução do sistema no qual perduram, poderia nos mostrar as subjetividades, que mesmo ausentes, contribuem para a constituição do sujeito do discurso.

Tal ausência é justamente o que pretendemos explorar a fim de entendermos o porquê de nessa construção uma determinada identidade aparecer na posição de objeto, ou seja, na condição de passividade na qual a resposta que daria no diálogo não tem voz na elaboração da fala. Como a política externa é dialógica no sentido do compartilhamento das idéias sobre o que seja o Estado, em suas formações históricas específicas, sua configuração nessas, legitimidade e, principalmente, na medida em que se dá entre sujeitos sob a forma e conteúdo que este conceito representa, poderíamos entender a exclusão ocorrida no interior do Estado, reiterada pela política externa.

O que podemos concluir dessa reflexão teórica fundamental para que entremos no pronunciamento de política externa que analisaremos é que a formação e a prática da mesma impõem uma forma de violência em sua construção que pode legitimar ações violentas na linguagem do internacional e na formação dos Estados. Nesse ponto, entra o conceito que provê legitimidade ao Estado, um pronunciamento que pode se modificar ao longo do tempo, mas que proporciona um mínimo de concordância semântica para a prática dialógica entre os Estados, qual seja, a *soberania*, traduzida no monopólio sobre o uso da força no território que corresponde a um Estado específico. Ashley, em sua contribuição sobre o como a política externa é uma performance política (Ashley, 1987), coloca que o Estado Nacional moderno é o sujeito da soberania e da violência racional e coletiva. A violência sobre os outros que não são soberanos se dá, entre outros atos, pela via da política externa, a qual é uma performance política do Estado e, coletivamente, do sistema de Estados. As sociedades subordinadas ao primeiro o são, então, como objeto de subordinação ao Estado territorial e absoluto.

As práticas em nível internacional ocorrem sempre de acordo com o que o Estado deve ser, consoante com as categorizações e definições que o próprio sistema “impõe” a este último, a fim de incorporá-lo. Segundo Ashley, essa concepção faz com que a leitura monológica se sobreponha às muitas vozes teoricamente e em termos práticos em um só discurso.

What matters more than anything else is that this sovereign voice – this totalising source of meaning – is understood to be fixed and originary, having an existence prior to and independent of the representations apparent on the very surface of a text discourse (Ashley, 1988, p.232).

Por conseguinte, a soberania seria o a priori do discurso¹⁶, a necessidade de concordância semântica mínima para o diálogo da política externa, pois seria o pronunciamento ao qual todos os outros estariam se referindo, já que a mesma define o Estado como sujeito. Mesmo que os pronunciamentos se modifiquem, estariam sendo modificados de maneira a preservar essa e a linguagem do internacional. É nesse caráter primário que todas os pronunciamentos secundários irão se desenvolver de maneira a criar discursos auxiliares que preservem essa

¹⁶ Bakhtin chama isso de superaddressee, o interlocutor máximo que permeia as relações do pronunciamento.

base do diálogo que se perpetra pela subjetividade do Estado, pela identidade nacional tal como se mostrou sua construção na primeira seção.

Como o próprio Bakhtin desenvolve, o maior problema da linguagem nacional e individual é basicamente o problema do discurso, porque nesse tipo de discurso, o pronunciamento se conforma de maneira individual, apenas sob uma subjetividade. Tratando a política externa como um pronunciamento, podemos ver que, por mais que o discurso seja formado por muitas vozes que marcam a mudança de estilo dessa ao longo da história e de acordo com os Estados que a proferem, apenas uma voz no caráter basal é proferida. Isso por que a maneira que se utiliza essa linguagem para classificar os interlocutores, que estão fora da individualidade do discurso da identidade nacional, faz com que se tornem objetos e não possam ser formados e se formar enquanto sujeitos na linguagem, - e aí entenda prática social – exibindo classificações externas a suas vivências na linguagem, até por que a mesma os exterioriza. Isso constitui uma forma de violência muitas vezes física, inúmeras vezes política, pela não apresentação e condicionamento dessas identidades como ameaça a subjetividade do discurso do Estado soberano, que é a única individualidade autorizada por sua forma nacional, muito mais do que pelo conteúdo que conforma a identidade nacional em um determinado momento, proporcionado pela heterologia.

Conforme mostrado, se a política externa é um diálogo entre Estados e pode se tornar um monólogo pela exaustão semântica, a identidade nacional se conforma nesse monólogo e produz *Outros internos*, subordinados politicamente. Essa subordinação ocorre em um processo de heterologia, que não contradiz o pronunciamento monológico da soberania que a permeia, pois as concepções do *Outro* variam tanto quanto vão de encontro a esse pronunciamento, que se constitui em franca oposição àqueles que o ameaçam internamente.

2.3.

Observações finais para o início da análise do nosso diálogo

As mudanças na prática e na concepção da política externa, repleta de respostas ao que se apresenta como o pronunciamento máximo, a soberania, ocorrem, mesmo com essa sendo uma performance do Estado, por que esse

também muda. Essas mudanças históricas nos estilos da linguagem empregada, nas práticas, estão intrinsecamente ligadas às mudanças nos gêneros de discurso, que seria a forma como os Estados constituem seus pronunciamentos e se constituem nesses não implicando na modificação das subjetividades, mas apenas no enquadramento em uma nova forma de intertextualização da realidade. Isso aponta para uma relação direta e mútua entre ambiente internacional e doméstico e as mudanças que ocorrem em um e no outro, simultaneamente, têm paralelo na teorização de Bakhtin no sentido de que :

In the majority of cases, there are various types of conversational dialogues genres. Hence the more or less distinct dialogization of secondary genres, the weakening of their monological composition, the new sense of the listener as partner-interlocutor, new forms of finalization of the whole, and so forth. The transfer of style from one genre to another not only alters the way a style sounds, under conditions of a genre unnatural to it, but also violates or renews the given genre (Bakhtin, 1986, p.66).

Só que como apontamos na seção anterior, tal mudança se restringe à modificação dos significados da soberania, pois a troca de sujeitos e as fronteiras semânticas da política externa são restritas à colocação em prática da subjetividade do Estado. Então, para nossos fins entender a política externa como um pronunciamento significa considerar que essa designa vários discursos em comunhão em seu interior, mas que nem todos operam no sistema de linguagem que a circunda, que é a identidade nacional.

Cada gênero do discurso em cada área da comunicação tem sua própria concepção típica de quem é o interlocutor e isso define esse tipo de comunicação como um gênero de discurso. No caso da política externa, este gênero corresponderia ao interlocutor estatal, o que faz com que a subjetividade empregada seja a identidade nacional, a qual encontra nessa interação a base para se firmar internamente.

Tal qual apontado no início desse capítulo, o fim da Guerra Fria foi marcado pela explosão dos nacionalismos e muitos desses movimentos ocorreram na URSS, á beira da dissolução, que procurava, por meio de seus líderes, construir uma imagem na interação com o internacional para suprir as novas demandas internas e resolver problemas de legitimidade e de sustentação do modelo político. Para aproveitar a colocação da existência de várias narrativas no interior do Estado - a heterologia – pode se dizer que a URSS era permeada por uma só

narrativa central que era o socialismo e a ideologia comunista. As fronteiras semânticas das relações internas se resumiam em grande medida a esse movimento político, que se impôs por vários momentos de forma violenta. Essa narrativa era a que norteava a formação da identidade nacional, pelo menos aparentemente, com o objetivo político passando por cima das outras identidades nacionais relativas às repúblicas e a identidades diferentes que ainda existiam dentro das mesmas. Os problemas de legitimidade e de sustentação política se davam, em última instância, porque essa narrativa central era de certo modo compartilhada.

Antes da dissolução, as nacionalidades das Repúblicas, teoricamente representadas pelo Conselho das Nacionalidades, instituído pela Constituição soviética de 1924, estavam em segundo plano frente ao projeto unificador do Estado, que era a URSS, a qual não media esforços para calar os que proferissem discursos diferentes do seu. Já nessa época, os chechenos sofriam com a exclusão, tendo sido milhares deles deportados para os campos da Sibéria por Stalin. Este é um exemplo de como ainda na época em que aparentemente havia coesão, havia o sufoco de identidades diferentes da soviética, que se propagava através de sua política externa expansionista pela conquista de áreas de influência como uma identidade política coesa, planificada, forte e com adesão plena da população (Evangelista, 2002). Os chechenos desde a formação do Império Russo foram desafio à identidade nacional da Rússia. Mesmo com a modificação do conceito do Estado em termos internacionais e para os soviéticos e, posteriormente, novamente para os russos em 1991 com a formação da Federação, os chechenos continuaram a ser uma ameaça à integridade de sua identidade nacional.

Desde o século XVIII, a identidade chechena esteve em conflito com a identidade nacional russa que a absorvia e continuou absorvendo durante o socialismo soviético e após a dissolução. Nessa, a Chechênia continuou a ser uma república russa com autonomia garantida pela Constituição Federalista russa de 1993, descentralizadora na idéia e centralizadora na prática com o objetivo de preservar a unidade territorial, um dos pontos definidores da identidade russa. A questão é que o fim da Guerra Fria traz um problema prático e conceitual: a dificuldade de se separar o espaço doméstico do internacional. Por isso mesmo, a política externa, a partir de então, passa a evidenciar que não poderia ser diferente dos valores pronunciados no internacional e que seus efeitos internos na formação

da identidade do Estado estariam intimamente ligados à propagação desses valores. Acredita-se que pode dizer isso, pois no internacional estaria evidenciada a imagem desse Estado, que precisa da aceitação da comunidade internacional até mesmo para concretizar seus interesses internos, os quais se articulam na intertextualização dessa esfera com a doméstica. Desse modo, ocorre a formação da identidade nacional, conforme demonstrado anteriormente.

O tema da constituição mútua e da intertextualização, desenvolvido no diálogo que observaremos a partir da dissolução da URSS, chegando ao nosso foco de análise que é a política externa russa do governo Putin entre 1999, quando eclode o segundo conflito checheno, e 2001, será o assunto do próximo capítulo. Tendo sido expostos os principais pontos teóricos do que representa a relação da linguagem com a política externa na concepção de a última ser a voz da identidade nacional que provoca exclusão, partimos agora para a transformação da identidade russa, sua posterior inclusão no diálogo do internacional pela linguagem do internacional e a concomitante exclusão do *Outro interior* checheno mediante a vinculação dos interesses domésticos à situação de ameaça à instituição do Estado e da soberania pelo terrorismo, que favoreceu a construção e a legitimidade de alguns discursos e não de outros.